



Fatores Determinantes da *Timeliness* dos Relatórios Financeiros das Companhias Abertas Brasileiras

JÉSSICA KAROLLINE PEREIRA DA CUNHA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

ANNANDY RAQUEL PEREIRA DA SILVA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

CÉSAR AUGUSTO TIBÚRCIO SILVA

Universidade de Brasília (UNB)

ANDERSON LUIZ REZENDE MÓL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Resumo

O objetivo deste estudo foi verificar os fatores determinantes que contribuem para a *timeliness* da publicação dos relatórios financeiros pelas companhias abertas brasileiras listadas na B3 no período de 2011 a 2020. Os dados analisados foram extraídos da plataforma Economática® e do Formulário de Referência disponível no sítio eletrônico da B3. Para responder ao objetivo proposto, a metodologia estatística aplicada teve como base a Regressão Linear Múltipla do tipo Dados em Painel desbalanceado, com efeitos fixos robustos e com amostra final foi composta por 378 companhias. De acordo com os resultados, observou-se que descritivamente, a média de dias de publicação das demonstrações é de 119 dias após o encerramento do exercício social, e as empresas analisadas têm em média 40 anos de fundação. Os resultados obtidos a partir do modelo econométrico apresentaram evidências estatisticamente significativas para os fatores idade, bigfour, tamanho e lucratividade, evidenciando que estes impactam o prazo de publicação das demonstrações contábeis, entretanto, não foi encontrada significância estatística para as variáveis governança corporativa e endividamento. Desta feita, o trabalho traz contribuições ao demonstrar que fatores interferem no tempo de divulgação das demonstrações contábeis, levando assim resultados para que os agentes façam bom uso da informação contábil, sejam gestores internos, clientes externos, cidadãos, investidores e órgãos reguladores da atividade.

Palavras-chave: Prazo de Publicação, Demonstrações Contábeis, *Timeliness*.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

1. Introdução

Ao passar dos anos percebe-se o aumento progressivo de empresas que abrem capital e fornecem oportunidades a potenciais investidores no mercado de capitais. No entanto, para que haja essa atração, é necessário que as companhias ofereçam seus relatórios financeiros a tempo hábil a estes avaliadores, para que possam checarem suas estratégias ancoradas em expectativas. É por isso que Salgado e Souza (2020) mencionam que as informações provenientes desses relatórios financeiros, auxiliam aos usuários internos e externos na tomada de decisão. Razão disso, cada vez mais é exigido que essas informações reportem qualidade e tempestividade.

Segundo Nakano (1971, p. 64), já se compreendia que a Contabilidade pode ser definida como o “processo de identificação, mensuração e comunicação das informações econômicas, para permitir julgamentos e decisões aos usuários da informação”. Nesse sentido, a comunicação contábil implica em um amplo processo de criação e compartilhamento de significado (Jack et al., 2013).

Desse modo, essa comunicação pode ser amparada pelos relatórios financeiros emitidos aos usuários da informação contábil, que segundo Arowoshegbe et al. (2017), tem o poder de assumir um papel relevante quando se depara com um grande volume de usuários operando suas tomadas de decisões com bases nessas informações. Por esse motivo, são elaboradas e publicadas com intuito de gerar informações econômico-financeiras que sejam úteis para tomada de decisão pelos diferentes tipos de usuários (Souza et al., 2018).

Assim, de acordo com a CVM nº 480/2009 as demonstrações financeiras devem ser entregues em até três meses a partir do encerramento do exercício social. Desse modo, reconhece que o prazo de divulgação dos relatórios financeiros além de questão normativa é, também, fundamental para os usuários da informação.

Ademais, o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) em uma de suas normas revela que para uma informação ser útil, ela precisa ser relevante, ter representação fidedigna, ser comparável, verificável, tempestiva e compreensível (CPC 00 – R2 – 2019). Nesse sentido, Arowoshegbe et al. (2017) realçam que para que essas informações sejam relevantes a fim de tomada de decisões, elas necessitam estar auditadas por auditores independentes e serem divulgadas em tempo hábil.

Dessa maneira, a tempestividade é considerada um ponto essencial na utilidade das informações oferecidas aos usuários da informação contábil. Caso essas informações não sejam oferecidas em um curto período de tempo após o fim do exercício relatado, perderá parte do seu valor econômico (Ekiemor & Oluwole, 2019).

Até o momento de realização desse estudo, observa-se que não há discussões rigorosas sobre o aspecto da relevância de investigação do tema. Assim, o presente artigo opera com o objetivo de verificar os fatores determinantes que contribuem para a *timeliness* da publicação dos relatórios financeiros pelas companhias abertas brasileiras listadas na B3 no período de 2011 a 2020.

Desta feita, o trabalho em tela visa contribuir no sentido da verificação dos possíveis fatores que interferem no tempo de divulgação das demonstrações contábeis, posto que a mensuração de atributos determinantes da comunicação contribui, sobremaneira, para que os agentes façam bom uso da informação contábil, sejam gestores internos, clientes externos, cidadãos, investidores e órgãos reguladores da atividade, estabelecendo assim, instrumentos para otimizar a eficiência sistêmica.

2. Revisão da Literatura

A tempestividade desses relatórios é uma das mais fundamentais características de informações da contabilidade financeira para a profissão contábil, para os usuários da



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

informação e agências reguladoras (Soltani, 2002). Para Bushman et al. (2004) tempestividade da informação contábil está relacionada com a rapidez com que os números contábeis informam as alterações do valor da empresa

A informação contábil contida nos relatórios financeiros é crucial para tomada de decisão dos usuários, conforme Silva et al. (2016) as informações são tempestivas se forem disponibilizadas em tempo para impactar a tomada de decisão dos usuários. Esses autores ressaltam também que são aquelas disponíveis em tempo hábil para a tomada de decisão de interessados.

Conforme a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - CPC 00 (R2) (2019), tempestividade significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que possam influenciar suas decisões, quanto mais antiga for a informação, menos útil será, no entanto, algumas informações podem continuar a ser tempestivas por muito tempo após o final do período de relatório porque, podem ser utilizadas para identificar e avaliar tendências.

Para os autores Kazemi e Kola (2015), a tempestividade e a confiabilidade são as características mais importantes para a qualidade das informações contábeis divulgadas pelas empresas, de forma que essas informações tenham utilidade para os usuários das demonstrações contábeis. Dessa forma, constatou-se que as crescentes necessidades de informação das partes interessadas que têm interesse operacional em relatórios financeiros resultam na busca por relatórios financeiros oportunos e confiáveis (Eze & Nkaka, 2020).

De acordo com Abdullah (2006) quanto menor for o número de dias necessários para uma empresa disponibilizar suas demonstrações contábeis, maior será o seu nível de transparência. McGee (2007) definiu como o período entre o final do ano da empresa e a data em que as demonstrações foram divulgadas para exibição pública. Para Jayanimitta et al. (2020), o prazo de publicação das demonstrações financeiras anuais é importante no mercado de capitais para reduzir a disseminação de informações financeiras assimétricas.

Nessa perspectiva, o período entre o final do exercício social da empresa e a data em que a informação financeira é disponibilizada ao público se relaciona com a qualidade da transmissão de informações, assim, quanto mais antiga for a informação, menos relevante ela será para os usuários (Sá, 2014). Efobi e Okougbo (2014) corroboram como o apontado, destacando que com o passar do tempo, as informações contábeis tornam-se menos relevantes para a tomada de decisão.

Almeida (2010) ao investigar a influência do ambiente competitivo, medido pelo grau de competição, na qualidade das demonstrações contábeis, constatou que a tempestividade é um atributo observável nas Demonstrações Contábeis de empresas brasileiras. Já Silva (2013) concluiu que a adoção integral das normas internacionais de contabilidade no Brasil nos anos de 2010 e 2011 tornou as Demonstrações Contábeis mais tempestivas e, dessa forma, mais oportunas para avaliar riscos e estabelecer estimativas mais precisas sobre o desempenho das companhias. Por esse motivo torna-se oportuno conhecer se realmente esses fatores influenciaram no tempo de divulgação das demonstrações contábeis, tendo em vista que mesmo que haja adequação às normas internacionais, ainda existem determinantes que de certa forma influenciam nesse prazo de publicação.

Vale destacar que a escolha do momento adequado de divulgação das demonstrações por parte dos gestores não é uma ação totalmente discricionária, onde o limite mínimo é definido pela empresa, conforme seus objetivos, e o limite máximo é definido pelo regulador (Barcellos et al., 2014).

É sabido que a muito tempo a pontualidade das informações contábeis se tornou fundamental, tanto nas práticas de negócios no mundo, como também como resultado da evolução tecnológica. (Owusu-Ansah et al., 2006). Assim, torna-se oportuno descrever



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

contribuições doutrinárias recentes relacionadas à pontualidade dos relatórios financeiros das diversas companhias pelo mundo, afim de trazer concepções construtivas ao presente estudo.

Inicialmente, cita-se a pesquisa de Barcellos et al. (2014) em que teve como objetivo fornecer evidências empíricas acerca dos fatores que influenciaram as decisões dos gestores quanto ao prazo de divulgação das demonstrações contábeis anuais das 322 cias não financeiras listadas na BM&BOVESPA nos anos de 2010 e 2011.

Seus resultados evidenciaram que as companhias que tendem a divulgar mais rapidamente são as com maior número de acionistas, maior nível de endividamento, as que aderiram a níveis diferenciados de governança, maior quantidade de diretores independentes na diretoria e as que foram auditadas por big-4. Já as que costumam tardar as informações são as sujeitas à consolidação de balanço, as que tem relatórios de auditoria com ressalvas e as que registraram prejuízo. Por fim, o estudo também constatou que no ano de 2010 a defasagem foi consideravelmente superior a outros anos contemplados em estudos nacionais, e que tal fato pode estar ligado a complexidade da adoção integral do padrão IFRS.

Logo após, Sá (2014) verificou os fatores que impactaram o prazo de publicação das demonstrações financeiras anuais brasileiras no período de 2008 a 2013. As variáveis utilizadas trouxeram os seguintes resultados: lucratividade, empresas auditadas por big four e empresas financeiras apresentaram um prazo menor de publicação, enquanto que as variáveis mudança de práticas contábeis e relatório de auditoria modificado, publicaram suas demonstrações em um prazo mais dilatado. Já as variáveis, tamanho da empresa, idade da empresa e endividamento não foram significantes ao objeto explicado.

Para tanto, o estudo concluiu que a média do prazo de publicação apresentou um declínio, com exceção apenas do ano de 2010, corroborando com o estudo de Barcellos et al. (2014), ano de mudança de práticas contábeis. Por esse motivo, observou-se que houve uma melhoria na qualidade da informação contábil, quanto ao quesito tempestividade.

Além dos achados por Sá (2014) quanto ao setor financeiro, cita-se os estudos de Efobi e Okougbo (2014) e Adebayo e Adebisi (2016) que investigaram apenas companhias financeiras. O primeiro investigou os fatores que podem influenciar a pontualidade dos relatórios financeiros na Nigéria, usando uma amostra de 33 instituições financeiras num período amostral de 2005 a 2008.

Seus resultados propiciaram identificar que em média, as empresas da amostra utilizaram 122 dias após o final do ano para a divulgação de seus relatórios financeiros. O tamanho, a alavancagem e o desempenho das empresas têm uma relação negativa e significativa com a pontualidade de seus relatórios financeiros, enquanto a idade da empresa tem um impacto positivo e significativo, já o tipo de auditoria não obteve nenhuma influência significativa.

Ainda, o estudo observou que a governança corporativa desempenha um papel complementar no aprimoramento da pontualidade dos relatórios financeiros que apresentaram melhor desempenho e alavancagem. Nesse estudo, foi possível notar que uma boa prática de governança corporativa pode influenciar os atributos corporativos na melhoria da pontualidade dos relatórios financeiros.

O segundo estudo, objetivou investigar a pontualidade das demonstrações financeiras de 15 Deposit Money Banks listados pela bolsa de valores da Nigéria entre os anos de 2005 a 2013. O estudo analisou o tamanho do banco, alavancagem, lucratividade e o tamanho da empresa de auditoria. Nesse caso, todas as variáveis examinadas foram consideradas significativas, com exceção da alavancagem.

Assim, de forma holística, foi possível notar que de acordo com esses estudos, as empresas do setor financeiro cumprem melhor os regulamentos estabelecidos pelas agências reguladoras que restabelecem a divulgação atempada das demonstrações financeiras, fazendo



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

com que a tempo hábil suas informações se tornem úteis para fins de tomada de decisão de investidores, analistas de mercado e reguladores.

Em seguida, Souza et al. (2018) tiveram por objetivo verificar quais fatores determinam a perda do prazo de divulgação dos relatórios financeiros de companhias abertas no Brasil. O estudo compôs uma amostra de 152 empresas num período de 2010 a 2016. Em seu estudo foi utilizado as variáveis: tamanho da empresa, tipo de auditor, endividamento e prejuízo como fatores determinantes da perda do prazo, no entanto, apenas endividamento e empresas que tiveram prejuízo no exercício obtiveram maior probabilidade de perder o prazo. Empresas auditadas por big four teve menor probabilidade de atraso e a variável tamanho não teve influência estatística significativa.

Por fim, evidenciando as consequências pela demora da publicação dos relatórios financeiros, Salgado e Souza (2020) estudou o efeito da tempestividade dos relatórios financeiros na qualidade dos lucros reportados pelas empresas brasileiras de capital aberto na B3 usando como proxies para medição da tempestividade: defasagem da publicação, perda do prazo de divulgação e a republicação. Já como mensuração da variável dependente usou o gerenciamento de resultado.

Sua amostra constituiu 172 empresas no período de 2010 a 2018 e permitiu identificar que as três proxies possuem relação significativa com o gerenciamento de resultados, concluindo que quando há a defasagem da publicação das informações, sinaliza-se para o gerenciamento de resultados decorrente do oportunismo dos gestores, reportando lucros de menor qualidade, e, contudo, interferindo no processo de tomada de decisão dos usuários externos e internos da informação contábil.

Assim, torna-se evidente diante do intermédio de resultados nacionais e internacionais que a defasagem da publicação dos relatórios financeiros é encontrada em sua maioria nas empresas que possuem dificuldades financeiras. Essa, evidenciada pelas variáveis de endividamento e prejuízo, tendem ao não cumprimento das exigências legais postas a publicação dos relatórios financeiros de forma atempada, e ainda, oportunizando ao gerenciamento de resultados por seus gestores.

Em suma, é através de estudos como estes que se pode observar fatores que podem ser aprimorados para o atendimento às incumbências exigidas à aplicação de regras e regulamentos dos órgãos reguladores para que se tenha informações úteis e a tempo hábil para tomada de decisões.

3. Procedimentos metodológicos

3.1 Definição da amostra e coleta de dados

Esta pesquisa teve o objetivo de verificar os fatores determinantes que contribuem para o prazo de publicação das demonstrações financeiras brasileiras das empresas listadas da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), no período de 2011 a 2020.

A população-alvo da pesquisa compreendeu as companhias abertas listadas na B3, na janela temporal de 2011 a 2020. Este período de investigação foi definido pela disponibilidade na base de dados do Economática, onde só há dados disponíveis referentes à data de divulgação das demonstrações financeiras a partir do ano de 2011. O universo da pesquisa contou com 378 empresas, já excluídas companhias com dados ausentes no banco de dados da Economática. Os dados coletados foram analisados no software Stata®.

3.2 Definição da amostra e coleta de dados

A Tabela 01 apresenta a descrição das variáveis utilizadas no modelo econométrico, sua métrica, sua fundamentação teórica e onde a respectiva variável foi coletada.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Tabela 01 Variáveis do estudo

Variável	Métrica	Fundamentação Teórica	Coleta
Prazo de publicação das demonstrações financeiras (PPD)	Número de dias corridos entre a data de entrega das demonstrações financeiras pelas empresas à CVM e a data de encerramento do exercício social.	Sá (2014); Cunha et al. (2015); Ekienabor e Oluwole (2018).	Economática
Idade da empresa (IDA)	Número de anos de existência, de acordo com a data de constituição da empresa.	Sá (2014); Efobi e Okougbo (2014); Ekienabor e Oluwole (2019).	B3
Tamanho da empresa de auditoria (BIG)	<i>Dummy</i> assumindo 1 para empresas Big four e 0 para as demais. Foram utilizadas como Big-4: Deloitte, PriceWaterhouseCoopers, Ernest&Young e KPMG	Sá (2014); Barcellos et al. (2014); Efobi e Okougbo (2014); Cunha et al. (2015); Souza et al. (2018); Jayanimita et al. (2020).	B3
Governança Corporativa (GC)	Variável <i>dummy</i> assumindo 1 se faz parte de algum nível diferenciado de governança corporativa (Nível 1, Nível 2 ou Novo Mercado) e 0 caso contrário.	Barcellos et al. (2014); Cunha et al. (2015); Salgado e Souza (2020); Jayanimita et al. (2020).	B3
Tamanho da empresa (TAM)	Logaritmo natural do ativo total de cada empresa para cada ano.	Sá (2014); Efobi e Okougbo (2014); Cunha et al. (2015); Souza et al. (2018); Ekienabor e Oluwole (2019).	Economática
Endividamento (END)	Razão entre o total dos passivos (circulante + exigível a longo prazo) com o total dos ativos da companhia.	Sá (2014); Barcellos et al. (2014); Cunha et al. (2015); Souza et al. (2018).	Economática
Lucratividade (LUC)	<i>Dummy</i> assumindo 1 para lucro e 0 para prejuízo.	Sá (2014); Barcellos et al. (2014); Souza et al. (2018); Ekienabor e Oluwole (2019).	Economática

Fonte: elaborada pelos autores (2021).

Os dados foram organizados em uma regressão múltipla do tipo dados em painel, em que as 378 companhias foram analisadas ao longo de 10 anos, de 2011 a 2020. Trata-se de um painel desbalanceado, pois em virtude da indisponibilidade dos dados não foi possível analisar todas as empresas ao longo de todos os 10 anos que compreendiam a pesquisa, assim, as observações totalizaram 2.646.

Na construção dos modelos econométricos, considerou-se como variável dependente a variável prazo de publicação das demonstrações financeiras (PPD), que corresponde ao número de dias entre a data do encerramento social e a data de entrega das demonstrações contábeis à CVM. Assim, de acordo com a tabela acima, é oportuno relatar que além da variável dependente, todas as outras foram baseadas em estudos anteriores nacionais e internacionais.

À vista disso, segundo estudos anteriores, as variáveis apresentadas no quadro acima estão relacionadas com o prazo da publicação das demonstrações contábeis e por isso fazem instrumentos de estudo do presente trabalho. A primeira citada na tabela é a variável idade da empresa (IDA), de acordo com Efobi e Okougbo (2014), tem um impacto significativo na publicação dos demonstrativos financeiros. No estudo de Al-Shwiyat (2013) foi identificado que o prazo de emissão dos relatórios financeiros de empresas da Jordânia foi influenciado pela sua idade. Assim, têm-se a primeira hipótese de pesquisa:



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

H1: Espera-se uma relação negativa entre a idade e o prazo de publicação das demonstrações contábeis.

Com relação à variável tamanho da empresa de auditoria (BIG), Souza et al. (2018) asseveram que empresas que são auditadas por uma empresa de auditoria Big Four tem menos probabilidade de atrasar na divulgação dos seus relatórios financeiros. Cunha et al. (2015) também corroboram ao afirmarem em seu estudo que empresas auditadas por Big Four tendem a publicar suas demonstrações financeiras em menor tempo. Dessa forma, elenca-se a terceira hipótese do estudo:

H2: Espera-se uma relação negativa entre o tamanho da empresa de auditoria e o prazo de publicação das demonstrações financeiras.

Para a variável governança corporativa (GC), Beiruth et al. (2014) ressaltam em seu estudo que há uma associação maior entre as empresas do Novo Mercado e a divulgação de demonstrações contábeis em datas próximas ao encerramento do período que é para divulgação, o que pode indicar uma relação substituta entre o nível de governança corporativa e o disclosure *timeliness* das empresas. Souza et al. (2018) corroboram ao demonstrarem conforme os achados do seu estudo que adotar um dos níveis diferenciados de governança corporativa pode possibilitar maior rapidez na divulgação de suas demonstrações financeiras. Assim, têm-se:

H3: Espera-se uma relação negativa entre GC e o prazo de publicação das demonstrações contábeis.

Já para o tamanho da empresa (TAM), segundo Türel (2010) empresas maiores detêm mais recursos, sendo esperado que o atraso da divulgação das demonstrações destas seja menor do que empresas menores.

H4: Espera-se uma relação negativa entre o tamanho da empresa e o prazo de publicação das demonstrações contábeis.

Outra variável é o Endividamento (END), Ika e Ghazali (2012) encontraram em seu estudo que empresas que se encontram em dificuldades financeiras, necessitam de mais tempo para publicar suas demonstrações. Souza et al. (2018) ressaltam que empresas endividadas têm maior probabilidade de perder o prazo de divulgação dos relatórios financeiros, comparado a empresas não endividadas. Logo, têm-se:

H5: Espera-se uma relação positiva entre o endividamento da empresa e o prazo de publicação das demonstrações financeiras.

Já com relação à variável lucratividade (LUC), Empresas com resultados ruins tendem a atrasar a divulgação de suas demonstrações financeiras, para tardar o conhecimento dessas notícias pelos acionistas e investidores (Türel, 2010; Amari & Jarboui, 2013). Assim, têm-se a elaboração da 6^a hipótese de pesquisa:

H6: Espera-se uma relação negativa entre a lucratividade e o prazo de publicação das demonstrações financeiras.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Depois de coletadas todas as variáveis, será utilizada regressão com dados em painel e que utilizará a equação abaixo para esboçar o modelo de regressão:

$$PPD_{ci,t} = \beta_0 + \beta_1 IDA_{i,t} + \beta_2 BIG_{i,t} + \beta_3 GC_{i,t} + \beta_4 TAM_{i,t} + \beta_5 ENDI_{i,t} + \beta_6 LUC_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \text{ (Equação)}$$

A partir desse modelo, para que pudesse rodar a regressão, foram realizados testes de pressupostos da regressão, como o teste de Shapiro-Wilk para verificar a normalidade dos erros, o qual os dados se apresentaram como não normais, pressuposto que pode ser relaxado em virtude da presença de amostras grandes. Também foi realizado o teste VIF, atestando que não houve multicolinearidade dos dados, e por fim, o estat *hettest* para verificar a homoscedasticidade, onde atestou-se que os dados são heterocedásticos, levando a enfatizar que deve ser utilizado um modelo robusto. A fim de estabelecer qual é o painel mais indicado para análise dos dados, foram utilizados os testes de Chow para decidir entre efeitos pooling ou efeitos fixos, no caso, indicou-se efeitos fixos, utilizou-se também o teste de Breush-Pagan para avaliar a utilização de modelos com efeitos aleatórios versus pooled, indicando o de efeitos aleatórios como melhor, e por fim, o teste de Hausman para decidir entre a utilização de modelos com efeitos fixos versus modelos com efeitos aleatórios, onde a probabilidade indicou efeitos fixos. Assim o modelo foi regressão com dados em painel, com efeitos fixos robustos, a robustez para corrigir o problema de heterocedasticidade do modelo.

4. Análise dos Resultados

Apresenta-se inicialmente na tabela 2 uma análise descritiva das empresas que compõem a amostra estudada no decorrer de dez anos correspondendo aos anos de 2011 a 2020 representados por X1 a X0 respectivamente, na busca de inferir compreensão acerca da evolução ou o retrocesso do prazo de publicação no decorrer desses anos.

Tabela 02 Análise descritiva do cumprimento do prazo de publicação.

ANO	X1	%	X2	%	X3	%	X4	%	X5	%	X6	%	X7	%	X8	%	X9	%	X0	%
Atraso	85	22	65	17	60	16	66	17	74	20	74	20	91	24	91	24	93	25	41	11
Prazo legal	211	56	240	63	248	66	256	68	257	68	266	70	280	74	282	75	284	75	336	89
Sem Dados	82	22	73	19	70	19	56	15	47	12	38	10	7	1,9	5	1,3	1	0	1	0

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

A análise estabelecida na tabela 2 levou em consideração 89 dias para os anos que tiveram o mês de fevereiro com 28 dias e 90 dias para os que possuíam o mês de fevereiro com 29 dias. Assim, as empresas que publicaram suas demonstrações contábeis após esses dias, consideramos como publicações em atraso e dentro como publicações no prazo legal para fins da análise descritiva dos dados.

Assim, a análise propiciou identificar que em X1, 85 empresas equivalendo a 22% do universo do respectivo ano, apresentaram suas demonstrações contábeis em atraso. Em contrapartida, no último período de análise, no ano de X0 encontrou apenas 41 empresas entregando suas demonstrações tardiamente, apresentando um percentual de apenas 11%.

Assim, e diante desse cenário, o que se pode inferir é que entre os anos de 2013 a 2019 houve um crescimento monotônico, em que o crescimento se tornou contínuo, e apenas no ano de 2020 observamos uma expressiva redução.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Posteriormente, foi realizado uma análise descritiva das informações evidenciada na Tabela 3, na qual se verifica o número de observações, a média, o desvio padrão, o valor mínimo e máximo de cada variável.

Tabela 03 Estatística Descritiva.

Variáveis	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
PPD	3400	119,2768	162,536	7	1276
IDA	3387	40,93829	30,14171	1	212
BIG	3295	0,7329287	0,4424971	0	1
GC	2861	0,6291506	0,4831166	0	1
TAM	3400	14,34186	2,763246	0	21,47118
END	3400	0,924577	3,156956	0	70,36801
LUC	3399	0,6946161	0,4606376	0	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Analisando as informações da Tabela 03, observa-se que com relação a variável PPD (Prazo de Publicação das Demonstrações), a média de publicação das demonstrações é de 119 dias após o encerramento do exercício social, bem como valores mínimo de sete dias e máximo de 1.276 dias. Diante disso, foi possível notar que a média de publicação das demonstrações contábeis desse estudo, chega próximo do encontrado por Efobi e Okougbo (2014), em que investigaram a pontualidade dos relatórios financeiros na Nigéria e obtiveram uma média de 122 dias para as publicações de suas demonstrações, contados a partir do encerramento do exercício social. Já a variável IDA (Idade) demonstra que as empresas têm em média 40 anos, e que há empresas com no mínimo um ano de fundação, assim como empresas de até 212 anos.

Com relação a variável BIG (BigFour), têm valores mínimo e máximo de 0 e 1, visto que refere-se a uma dummy, sendo 1 para as empresas auditadas por algumas das quatro empresas de auditoria consideradas como BigFour e 0 para empresas auditadas pelas demais. Logo após e com o mesmo raciocínio da variável BIG, a variável GC (Governança Corporativa), também apresenta valores mínimo e máximo de 0 e 1 respectivamente, pelo mesmo motivo de ser uma dummy, onde 1 representa os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2) e 0 para empresas que não pertencem a esses níveis.

Quanto à variável TAM (Tamanho) da empresa, observa-se uma média de tamanho de 14,34 e valores máximo e mínimo de 0 e 21,47, respectivamente. Para a variável END (Endividamento) observa-se uma média de 0,92, assim como endividamento mínimo de 0 e endividamento máximo de 70,36. E por fim, a variável LUC (Lucratividade) também representada por uma dummy, sendo 1 para quando a empresa apresentar lucro e 0 para prejuízo, e sua média apresentou-se de 0,69.

Posteriormente, aplicou-se o modelo de regressão com dados em painel entre as variáveis dependentes e independentes, através do modelo recomendado pelos testes (dados em painel com efeitos fixos robustos). Os dados constam na Tabela 04.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Tabela 04 Relação entre o Prazo de Publicação das Demonstrações Contábeis e as variáveis independentes.

PPD	Coefficiente	Erro Padrão	z	Valor-p
IDA	-4,5857	0,8040	-5,70	0,000***
BIG	-50,1456	18,0908	-2,77	0,006***
GC	-39,6218	25,7151	-1,54	0,124
TAM	-14,3084	5,3529	-2,67	0,008***
END	-2,6696	2,1820	-1,22	0,222
LUC	-15,7197	7,9922	-1,97	0,050**
Constante	570,0124	89,6854	6,36	0,000***

Nota: *, ** e *** revelam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Analisando as variáveis de interesse da pesquisa, a variável IDA (Idade) apresentou significância estatística ($p\text{-valor} > 0,05$), atestando que a idade da empresa tem impacto significativo no prazo de publicação das demonstrações contábeis. Tal achado corrobora com resultados encontrados em estudos internacionais de Al-Shwiyat (2013) e Efobi e Okougbo (2014), e divergente dos estudos realizados no contexto brasileiro, como no estudo realizado por Sá (2014), em que não foi encontrada relação estatisticamente significativa para a variável idade.

A variável BIG (BigFour) se apresentou negativa e estatisticamente significativa, ao nível de 1%, sugerindo que companhias auditadas por empresas de auditoria maiores tendem a não perder o prazo de publicação das demonstrações, corroborando os achados internacionais (Khasharmeh & Aljifri, 2010; Türel, 2010; Adebayo & Adebisi, 2016), e nacionais (Barcellos et al., 2014; Sá, 2014; Souza et al., 2018) sobre a temática.

Estes últimos autores afirmam que empresas auditadas por alguma BigFour tendem a ter menos atrasos, quando comparadas com empresas de auditoria pequenas, justificando que empresas de auditoria maiores inspecionam de forma mais eficiente os relatórios de suas empresas clientes. Assim, companhias auditadas por empresas de auditoria maiores possuem menor probabilidade de perda de prazo de divulgação das demonstrações contábeis.

A GC (Governança Corporativa) não apresentou significância estatística, indicando que empresas presentes em Níveis Diferenciados de GC não interfere no prazo de publicação das demonstrações contábeis. Indo ao desencontro de achados nacionais, como o estudo de Barcellos et al. (2014), bem como com a literatura internacional (Efobi & Okougbo, 2014).

Quanto a variável TAM (Tamanho), apresentou-se significativa e negativamente relacionada ao prazo de publicação das demonstrações, indo ao encontro dos resultados de evidências empíricas internacionais, como os estudos desenvolvidos por Rahmawati (2013), Efobi e Okougbo (2014) e Adebayo e Adebisi (2016), ao concluírem que empresas maiores estão associadas a um menor tempo de atraso dos relatórios financeiros. Türel (2010) justifica



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

essa afirmação alegando que empresas maiores possuem mais recursos, o que leva a esperar que o atraso da divulgação das demonstrações destas seja inferior comparado as cias menores.

No contexto brasileiro, o estudo de Souza et al. (2018) também encontrou uma relação negativamente significativa, enquanto que no estudo de Sá (2014) essa variável não foi significativa. À vista disso, pode-se auferir que no contexto brasileiro a relação do tamanho da empresa com o prazo de publicação das demonstrações pode estar ligado a outros fatores, como talvez a falta de controle interno, que pode afetar a eficácia das conciliações de contas que compõem os relatórios financeiros e consequentemente o seu prazo de publicação.

No que se refere ao END (Endividamento), não se apresentou significativo, não permitindo, portanto, fazer conclusões de que esta variável tenha relação com o prazo de publicação das demonstrações. Esses achados vão ao encontro de estudos anteriores que encontraram relação positiva e significativa ao mostrar que empresas com alto endividamento tem maior probabilidade de perder o prazo de divulgação, como identificado em estudos brasileiros, como os de Barcellos et al. (2014) e Souza et al. (2018). No entanto, o estudo de Sá (2014) também não encontrou significância dessa variável, e justifica que pode ser devido ao fato de que não necessariamente apresentar as demonstrações contábeis tardiamente significa dizer que determinada empresa enfrenta dificuldades financeiras.

Já a LUC (Lucratividade) apresentou-se negativa e significativa, corroborando com estudos nacionais como o de Sá (2014), bem como estudos de caráter internacional, como os de Khasharmeh e Aljifri (2010), Turel (2010), Amari e Jarboui (2013). Estes últimos destacam que empresas que apresentam más notícias têm tendência de atrasarem a publicação de suas demonstrações contábeis, para que estas notícias cheguem o mais tarde possível aos seus acionistas e investidores, tentando evitar que isso afete sua performance e reputação.

Diante disso, há evidências de que as hipóteses da pesquisa, H1, H2, H4 e H6 não podem ser rejeitadas e as hipóteses H3 e H5 devem ser rejeitadas. Assim, os resultados indicam que os fatores idade, bigfour, tamanho e lucratividade são fatores que impactam o prazo de publicação das demonstrações contábeis, enquanto que os fatores governança corporativa e endividamento não têm impacto sobre o prazo de publicação.

5. Considerações finais

A presente pesquisa teve por objetivo verificar os fatores determinantes que contribuem para a *timeliness* da publicação dos relatórios financeiros pelas companhias abertas brasileiras listadas na B3 no período de 2011 a 2020. Assim, foi possível fazer análises descritivas e a partir de um modelo econométrico conhecer sobre quais fatores exercem influência no prazo de publicação das demonstrações contábeis. O modelo econométrico se concretizou por meio de uma regressão múltipla com dados em painel desbalanceado, com efeitos fixos robustos.

Ainda sobre a estatística descritiva, foi possível concluir que a média de publicação das demonstrações é de 119 dias após o encerramento do exercício social, bem como valores mínimo de sete dias, e máximo de 1276 dias. Já com relação à idade, observou-se que as empresas têm em média 40 anos, e que há empresas com no mínimo um ano de fundação, assim como empresas de até 212 anos.

Para os resultados do modelo de regressão, os achados evidenciaram que os fatores idade, bigfour, tamanho e lucratividade são fatores que impactam o prazo de publicação das demonstrações contábeis, enquanto que os fatores governança corporativa e endividamento não têm impacto sobre o prazo de publicação. Dessa forma, são aceitas as hipóteses H1, H2, H4 e H6, por outro lado, rejeita-se as hipóteses H3 e H5.

Diante dos achados, o presente estudo contribui e auxilia a evidenciar os determinantes que são capazes de interferir no prazo das publicações contábeis nos últimos



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

dez anos, propiciando às companhias aperfeiçoarem seus métodos através de resultados de estudos como este, sendo útil para os agentes dessa informação, extinguindo de forma parcial ou total a perda de valor econômico, visto que proporciona ao usuário da informação contábil ter uma melhor tomada de decisão a tempo hábil.

No entanto, os resultados das análises limitam-se às empresas brasileiras estudadas, assim, generalizações para outros países não são diretamente aplicáveis. À vista disso, recomenda-se analisar em pesquisas futuras outras métricas para analisar a Governança Corporativa, que não se limite somente aos níveis diferenciados. Indica-se também, estudar outras variáveis de auditoria, saindo do contexto de analisar somente o tamanho da firma de auditoria, investigando por exemplo, se os relatórios de auditoria possuem ou não ressalva e o impacto dessa informação no prazo de publicação das demonstrações contábeis.

REFERÊNCIAS

- Abdullah, S. N. (2006). Board composition, audit committee, and timeliness of corporate financial reports in Malaysia. *Corporate Ownership and Control*, 4(2), 33-45.
https://virtusinterpress.org/IMG/pdf/10-22495_cocv4i2p3.pdf
- Adebayo, P. A., & Adebisi, W. K. (2016). Effect of firm characteristics on the timeliness of corporate financial reporting: evidence from Nigerian deposit money banks. *International Journal of Economics, Commerce and Management*, 4(3).
<https://www.semanticscholar.org/paper/EFFECT-OF-FIRM-CHARACTERISTICS-ON-THE-TIMELINESS-OF-Adebayo-Adebisi/da956026c89ab09b2ddf5a0b49e21ba7f911fe84>
- Almeida, J. E. F. D. (2010). Qualidade da Informação Contábil em ambientes competitivos. [Tese de Doutorado em Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo].
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29112010-182706/pt-br.php>
- Al-Shwiyat, Z. M. M. (2013). Affecting factors on the timing of the issuance of annual financial reports. “Empirical study on the Jordanian public shareholding companies”. *European Scientific Journal*, 9(22). <https://doi.org/10.19044/esj.2013.v9n22p%25p>
- Amari, M., & Jarboui, A. (2013). Financial Reporting Delay and Corporate Governance: Evidence from Tunisia. *Business and Management*, 5(4).
https://www.researchgate.net/publication/324866404_Financial_reporting_delay_and_corporate_governance_Evidence_from_Tunisia
- Arowoshegbe, A. O., Uniamikogbo, E., & Adeusi, A. S. (2017). Factors Affecting Timeliness of an Audit Report in Nigeria. *Journal of Accounting, Business and Finance*, 1(1), .
<https://www.fujabf.org/wp-content/uploads/2018/01/Factors-Affecting-Timeliness-of-an-Audit-Report-in-Nigeria.pdf>
- Barcellos, L. P., Costa Junior, J. V., & Laurence, L. C. (2014). Determinantes do Prazo de Divulgação das Demonstrações Contábeis das Companhias Não Financeiras Listadas na Bovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8(20), 85-100.
<https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/69265>



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Beiruth, A. X., Brugni, T. V., Fávero, L. P., & Goes, A. O. S. (2014). Níveis diferenciados de governança corporativa e disclosure timeliness: um estudo exploratório no mercado brasileiro. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 4(1), 77-89.
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/565>
- Bushman, R., Chen, Q., Engel, E., & Smith, A. (2014). Financial accounting information, organizational complexity and corporate governance systems. *Journal of Accounting and Economics*, 37(2), 167–201.
<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.473.2768&rep=rep1&type=pdf>
- Comitê De Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2019). CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, 2019). <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>
- Comissão De Valores Mobiliários (CVM). (2009). Instrução CVM N° 480, de 07 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o registro de emissoras de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários. Com as alterações introduzidas pelas instruções CVM n° 488/10, 509/11, 511/11, 520/12, 525/12 e 547/14. <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst480.html>
- Cunha, P. R., Pletsch, C. S., & Silva, A. (2015). Relação entre as Características da Empresa, do Comitê de Auditoria e do Auditor Independente com o Prazo de Publicação das Demonstrações Financeiras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 9(4), 415- 4. <https://doi.org/10.17524/repec.v9i4.1232>
- Dias Filho, J. M. (2000). Linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. *Caderno de Estudos, FIPECAFI*, 13(24), 38-49.
<https://www.scielo.br/j/cest/a/r8TyVtxCsRdCBzT4cBXKFDH/?lang=pt>
- Efobi, U., & Okougbo, P. (2014). Timeliness of Financial Reporting in Nigeria. *South African Journal of Accounting Research*, 28(1), 65-77.
<https://doi.org/10.1080/10291954.2014.11463127>
- Eze, P. G., & Nkak, P. E. (2020). Corporate Governance and Timeliness of Audited Reports of Quoted Companies in Nigeria. *International Journal of Business and Management Invention (IJBMI)*, 9(1), 38-46.
https://www.researchgate.net/publication/340310224_Corporate_Governance_and_Timeliness_of_Audited_Reports_of_Quoted_Companies_in_Nigeria
- Ekienabor, E., & Oluwole, O. S. (2018). Reliability of Timeliness in Financial Reporting in Nigeria. *International Journal of Research Publications*, 1(1), 1-15.
https://www.researchgate.net/publication/334560022_Reliability_of_Timeliness_in_Financial_Reporting_in_Nigeria



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Ika, S. R., & Ghazali, N. A. M. (2012). Audit committee effectiveness and timeliness of reporting: Indonesian evidence. *Managerial Auditing Journal*, 27(4), 403-424. <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/02686901211217996/full/html>
- Iyoha, F. O. (2012). Company Attributes and the Timeliness of Financial Reporting in Nigeria. *Business Intelligence Journal (19182325)*, 5(1). <https://core.ac.uk/download/pdf/79124576.pdf>
- Jayanimita, N. P. A., Ratnadi, N. M. D., Widanaputra, A. A. G. P., & Ariyanto, D. (2020). The Effect of Good Corporate Governance on Timeliness of Annual Financial Report Publication. *American Journal of Humanities and Social Sciences Research (AJHSSR)*, 4(1), 257-263. <https://erepo.unud.ac.id/id/eprint/32690/>
- Jack, L., Davison, J., & Craig, R. (2013). The routledge companion to accounting communication. *New York: Taylor & Francis Group*.
- Kazemi, H., & Kola, B. K. D. (2015). Relationship between the advantage of timeliness and reliability of financial reporting and its impact on financial reporting quality. *Journal UMP Social Sciences and Technology Management*, 3(1), 78-90.
- Khasharmeh, H. A., & Aljifri, K. (2010). The timeliness of annual reports in bahrain and the united arab emirates: an empirical comparative study. *The International Journal of Business and Finance Research*, 4(1), 51-71. <https://www.theibfr.com/download/IJBFR/2010-IJBFR/ijbfr-v4n1-2010/IJBFR-V4N1-2010-4.pdf>
- Mcgee, R. (2007). "Timeliness of Financial Reporting in the Russian Energy Sector". Andreas School of Business. Working Papers Series. Barry University, Miami Shores, USA. https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-0-387-25708-2_33
- Nakano, I. (1971). On accounting communication. *Kobe Economics and Business Review*, 18, 63-75. https://econpapers.repec.org/article/kobreview/1971_3a_3av_3a18_3ap_3a63-75.htm
- Owusu-Ansah, S., & Leventis, S. (2006). Timeliness of corporate annual financial reporting in Greece. *European Accounting Review*, 15, 273-287. <https://doi.org/10.1080/09638180500252078>
- Sá, T. S. (2014). Tempestividade da informação: uma análise dos fatores que influenciam o prazo de publicação das demonstrações financeiras no Brasil. [Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17842>
- Salgado M. N. B., & Souza, P. V. S. (2020). O efeito da tempestividade dos relatórios financeiros na qualidade dos lucros reportados pelas empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3. In: X International Conference in Accounting "Accounting as a Governance in mechanism" ..



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- SOUZA, P. V. S., SILVA, A. G. A., & MACEDO, M. A. S. (2018). Determinantes da perda do prazo de divulgação dos relatórios financeiros das companhias brasileiras de capital aberto. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(37), 52-70.
<https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n37p52>
- SILVA, A., SOUZA, T. R., & KLANN, R. C. (2016). Tempestividade da Informação Contábil em Empresas Familiares Brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, 56(5), 489-502. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020160504>
- Silva, R. L. M. (2013). Adoção completa das IFRS no Brasil: Qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio. [Tese de Doutorado em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo].
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-03062013-162758/pt-br.php>
- Soltani, B. (2002). Timeliness of corporate and audit reports: Some empirical evidence in the French context. *The International Journal of Accounting*, 37(2), 215-246.
[https://doi.org/10.1016/S0020-7063\(02\)00152-8](https://doi.org/10.1016/S0020-7063(02)00152-8)
- Turel, A. (2010). Timeliness of financial reporting in emerging capital markets: Evidence from Turkey. *Istanbul University Journal of the School of Business Administration*, 2(39), 227-240. <https://mpa.ub.uni-muenchen.de/29799/>